



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E INFRAESTRUTURA

PARECER: Nº 036/2014

PROCESSO Nº 135/2014-SESAN/PMA

INTERESSADO: SESAN E SEURB/PMA

ASSUNTO: TRANSFERÊNCIA DO POLO ATIVO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PARECER JURÍDICO

I- DO PLEITO:

Solicita a Diretoria Administrativa e Financeira, um posicionamento deste Departamento Jurídico, acerca da possibilidade de efetivarmos as transferências de vários contratos administrativos em que a SESAN/PMA figura como pólo ativo, à SEURB/PMA, em razão do advento da Lei Municipal nº 2.666, de 30 de abril de 2014, que criou a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos a quem competirá, desde àquela data, a gestão e operacionalização de diversas atividades até então executadas por este Órgão e que são objetos de vários instrumentos contratuais, alvos da presente consulta.

Registre-se, ainda, que além do diploma legal supracitado, com o advento da Lei Municipal nº 2.681, de 10 de junho de 2014, houve a alteração do Plano Plurianual, transferindo de forma definitiva à SEURB/PMA, a responsabilidade orçamentária e financeira sobre os recursos afetos a esses contratos administrativos.

II- DA ANÁLISE:

A cessão de contrato constitui-se na substituição de um sujeito (contratante ou contratado) por outro, como titular da relação contratual. Segundo Carlos Alberto da Mota Pinto, "a cessão da posição contratual produz uma sucessão a título particular na relação contratual, isto é, na relação obrigacional complexa emergente de um contrato e não uma *renovatio contractus*".

O artigo 72 e o 78, inciso VI, da Lei de Licitações, dispõem:

Art. 72 O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

Art. 78 Constituem motivos para a rescisão do contrato:
(...)

VI - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão incorporação, não admitidas no edital e no contrato.